

Fernando Molica

As cotas que nos pariram

Ao proibirem a aplicação de cotas raciais em instituições estaduais de ensino superior, deputados de Santa Catarina se esqueceram, de maneira conveniente, que boa parte de seus antepassados, foi privilegiada por cotas — tiveram direito de receber terras do governo brasileiro. Um benefício que jamais foi concedido aos negros escravizados cujos descendentes, agora, estão ameaçados por outra injustiça.

Uma olhada nos sobrenomes dos 40 deputados estaduais catarinenses mostra que pelo menos 21 têm sobrenomes alemães ou italianos (como o meu, por sinal): 13 estão entre os 24 que votaram a favor do projeto.

O Brasil que consta como sobrenome político do parlamentar do PL autor da proposta é postigo — ele ao nascer foi registrado como Alexander Alves Pereira. Contrária à proposta, a deputada Paulinha (Podemos), ressaltou, na votação, que na Assembleia

Legislativa de Santa Catarina não há nenhum deputado negro.

A entrega de pedaços do território brasileiro a estrangeiros brancos que aqui se dispusessem a trabalhar como agricultores vem desde 1808, quando D. João VI transferiu a sede do reino português para o Rio de Janeiro.

Em 1814, em plena vigência da escravidão, o rei formalizou o convite para que estrangeiros viessem para ao Brasil. Um decreto de 1820 definiu que o governo doaria para cada família 160.000 braças quadradas de terras, cavalos, vacas, bois, além de um terreno para a comunidade e área para a edificação de uma cidade — é o que diz o site da prefeitura de Águas Mornas (SC), cidade de forte influência alemã.

As províncias do Sul foram as que mais recorreram à mão de obra imigrante, especialmente, Santa Catarina. Em 15 de junho de 1836, o governo provincial publicou lei que

incentivava a colonização, inclusive por estrangeiros. Foi o que permitiu a colonização italiana na Freguesia de São João do Alto Tijucas, hoje município de São João Batista.

A generosidade com terras alheias (pertenciam a indígenas) foi tanta que, no ano seguinte, o governo imperial sustou a promoção dessas iniciativas de colonização/invasão. Isso, porque a Assembleia Provincial de Santa Catarina exagerara na dose das concessões. É isso mesmo: o legislativo que agora aprova lei que prejudica pretos e negros foi ao mesmo que distribuiu em excesso terras e benesses para os brancos. Neste ponto, suas excelências não podem ser acusadas de traírem a história, honram a discriminação cometida por seus antecessores.

Aprovada com votos da direita — principalmente, do PL — a proposta deverá ser declarada inconstitucional. Em 2012, o Supremo

Tribunal Federal rejeitou uma ação fo DEM (antes, PFL; hoje, União Brasil) contra as cotas.

Mas o projeto, aprovado por 24 votos a sete, é importante por mostrar a permanência do racismo institucional que, mais uma vez, veste a fantasia de defesa de valores como impessoalidade e da meritocracia para defender privilégios que atravessam gerações. Deputados herdeiros de beneficiados por cotas tratam de impedir qualquer tipo de concorrência, barram um mínimo de reparação histórica.

Renovam também a intenção de representantes do agronegócio do fim do século XIX que queriam ser indenizados pelo fim da escravidão: afinal, não eram mais donos daqueles seres humanos, esta propriedade indecente lhes fora confiscada. O Brasil — ainda que colocado artificialmente no sobrenome do tal deputado — não cansa de mostrar sua cara.

Tales Faria

O MDB de São Paulo quer Simone candidata em Mato Grosso do Sul

O MDB de São Paulo pediu à ministra do Planejamento, Simone Tebet, que ela não transfira seu título para o estado.

A ideia da transferência do domicílio eleitoral chegou a ganhar força no Palácio do Planalto como forma de aumentar a bancada de senadores governistas a partir de 2027.

Simone é registrada na Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul, estado que já a elegeu senadora em 2014. Em 2022, ela disputou a Presidência da República, aderindo no segundo turno à campanha do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula considera prioridade ter candidatos fortes ao Senado em 2026 para enfrentar os bolsonaristas. Daí surgiu a ideia de transferir Simone para São Paulo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por sua vez, já anunciou que pretende eleger uma “grande bancada” de senadores aliados. O objetivo é ter votos suficientes para aprovar impeachments de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A legislação atual estabelece maioria simples (41 dos 81 senadores) para recepcionar e afastar os ministros. A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) defende que o quórum seja de dois terços (54) dos senadores.

Para o MDB, Simone tem mais chances de se eleger senadora em seu próprio estado. Em São Paulo, ela seria um transtorno para o partido, que pretende fazer campanha pela reeleição do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Se conseguir evitar que os bolsona-

ristas elejam a bancada que desejam, Lula ganha duplamente. Primeiro, por conquistar uma base de apoio ao governo maior. Depois, por blindar os ministros do Supremo, o que garantirá uma simpatia maior da Corte a seu eventual novo governo.

Nacionalmente, o MDB não deverá lançar candidato a presidente da República, nem apoiar formalmente nenhum nome. Embora, a maioria do partido esteja mais próxima do apoio à reeleição do presidente Lula, a tendência é cada estado fechar com quem for mais apropriado.

O PT, por sua vez, já tem uma das vagas de candidato ao Senado em São Paulo praticamente preenchida. Trata-se do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele comunicou ao presidente que está pronto para assumir o

papel que Lula determinar, o que significa que deverá se desincompatibilizar do Ministério em abril.

Há quem defenda no partido que Haddad seja candidato a vice-presidente, mas é pouco provável que Lula abra mão de Geraldo Alckmin (PSB). Além disso, uma chapa puro sangue do PT ao Planalto não teria tanto apelo eleitoral.

Simone Tebet, por sua vez, também não tem demonstrado empolgação com a proposta de transferência do título eleitoral. Houve tempo em que ela enfrentava resistências do MDB local, mas essas resistências foram superadas com a ajuda da direção nacional do partido.

A propósito, o presidente nacional do MDB é de São Paulo: o deputado federal Baleia Rossi.

Dora Kramer*

Congresso ‘inimigo’ é retrato do povo

O mote “Congresso inimigo do povo” pode ser visto de várias formas: como um achado de palanque, um ataque equivocado a um dos pilares da República ou um elogio àquele tipo de populismo que rejeita a política e dá margem ao atraso e a aventuras nefastas.

Numa compreensão mais elaborada, pode também ser recebido como alerta didático, um chamado à responsabilidade do eleitorado como agente formador da composição do colegiado.

Se o atual Parlamento se comporta de maneira antagônica à sociedade,

haveria nesse raciocínio um estímulo à eleição de representantes parceiros em 2026. Aí, no entanto, existe uma complicação: a aplicação do conceito de amizade ou inimizade de acordo com pontos de vista ideológicos.

Na perspectiva do governo -autor do slogan para fins de mobilização da militância-, amigos são os que compartilham da visão de mundo do Palácio do Planalto e inimigos os que discordam.

No cotejo com a realidade, contudo, a escala de prioridades dos eleitores oscila. Depende do que prevalecer

no ambiente de campanha: a estridência ideológica ou o exame racional do que seriam as demandas populares de fato urgentes.

Se predominar o critério das torcidas radicalizadas incentivadas por seus chefes, a eleição de deputados e senadores estará submetida à cartilha de cada um dos grupos e aí continuará prevalecendo a lógica dos interesses da corporação.

Protestos como os organizados pela esquerda no domingo (14) se prestam a sentimentos do dever cumprido contra o avanço da direita, mas

não resolvem o problema. Apenas cria o risco de invertê-lo se amanhã ou depois a maioria for de esquerda.

O ideal seria não se confundir o Parlamento com os eleitos e eleitas para dar expediente por lá. Pessoas podem ser trocadas mediante o voto, prerrogativa dos manifestantes.

A instituição é permanente. Está sob a guarda de cláusula pétrea da Constituição, a salvo de depreciações oportunistas e queixas de ocasião.

***Jornalista e comentarista de política**